PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<p>SEÇÃO II - DO RESGATE ORDINÁRIO</p> <p>Art. 29. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou deduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto, o seguinte:</p> <p>I - a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, acrescida da respectiva atualização monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, até o dia útil anterior à devolução;</p> <p>(...)</p>	<p>SEÇÃO II - DO RESGATE ORDINÁRIO</p> <p>Art. 29. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou deduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto, o seguinte:</p> <p>I - a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, acrescida da respectiva atualização monetária, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado, até o dia útil anterior à devolução;</p> <p>(....)</p> <p>Incluir</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de desligamento de associado, a Cooperativa poderá, a seu único e exclusivo critério, promover a compensação prevista no artigo 368 da Lei 10.406/02, entre o valor total do débito do associado, referente a todas</p>

	<p>as suas obrigações assumidas perante a Cooperativa, seja em decorrência de operações, serviços ou obrigações estabelecidas no Estatuto Social, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes.</p>
<p>SEÇÃO III - DO RESGATE EVENTUAL</p> <p>Art. 30. Será facultada a solicitação de resgate eventual de parte de suas quotas de capital, garantida a manutenção de todos os direitos sociais, ao associado que cumprir as disposições deste Estatuto, não estiver inadimplente perante a <i>Cooperativa</i>, estiver em pleno gozo de seus direitos sociais e em dia com o cumprimento de seus deveres e obrigações estatutárias e regulamentares e atender a uma das seguintes condições:</p> <p>(...)</p>	<p>SEÇÃO III - DO RESGATE EVENTUAL</p> <p>Art. 30. Será facultada a solicitação de resgate eventual de parte de suas quotas de capital, garantida a manutenção de todos os direitos sociais, ao associado que cumprir as disposições deste Estatuto, não estiver inadimplente perante a <i>Cooperativa</i>, estiver em pleno gozo de seus direitos sociais e em dia com o cumprimento de seus deveres e obrigações estatutárias e regulamentares e atender a uma das seguintes condições:</p> <p>(...)</p> <p>Incluir</p> <p>30-A Excepcionalmente, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a compensação das dívidas existentes entre o associado e a cooperativa, valendo-se da modalidade resgate eventual de quotas do capital social, para associados inadimplentes com a Cooperativa.</p> <p>Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese prevista no caput, a Cooperativa</p>

	<p>deverá comunicar o associado previamente sobre a decisão de realização do resgate eventual e, após a sua efetiva realização, deverá enviar o termo de quitação da dívida acompanhada da respectiva memória de cálculo ao associado.</p>
<p>Art. 36. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>I - 25% (vinte e cinco por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II - 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da <i>Cooperativa</i>.</p>	<p>Art. 36. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>I - 30% (trinta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II - 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da <i>Cooperativa</i>.</p>
<p>Art. 60. São condições para o exercício dos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i>, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:</p> <p>I - ter reputação ilibada;</p> <p>(...)</p>	<p>Art. 60. São condições para o exercício dos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i>, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:</p> <p>I - ter reputação ilibada;</p> <p>(...)</p> <p>Incluir</p>

	<p>XIII não ter sido inabilitado em processo administrativo sancionador, em primeira instância administrativa.</p>
<p>Art. 88. No caso de vacância, será efetivado membro suplente, obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente.</p>	<p>Art. 88. Ocorrendo vacância de integrante efetivo, será efetivado integrante suplente mais votado, obedecido o critério legal de renovação. Em caso de empate na votação será efetivado o suplente com mais tempo de associação.</p>
<p>Art. 89. Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.</p>	<p>Art. 89 Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.</p> <p>Incluir</p> <p>§ 1º Ocorrendo vacância de até 3 (três) vagas no Conselho Fiscal, antes do primeiro ano de mandato, o Conselho de Administração deverá convocar eleição para o preenchimento das vagas, no prazo de até 90 (trinta) dias, contados da data da formalização da vacância,</p> <p>§ 2º Ocorrendo vacância de até 3 (três) vagas no Conselho Fiscal, depois do primeiro ano de mandato, faculta-se ao Conselho de Administração convocar eleição para o preenchimento das vagas.</p>

	<p>§ 3º Os substitutos eleitos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.</p>
<p>Art. 90. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:</p> <p>(...)</p> <p>§ 3º Os membros suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros efetivos, podendo receber cédula de presença.</p>	<p>Art. 90. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:</p> <p>(...)</p> <p>Alterar</p> <p>§ 3º Os integrantes suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos integrantes efetivos, sem direito a voto, podendo receber cédula de presença.</p> <p>§ 4º Quando convocados para substituírem integrantes efetivos, os integrantes suplentes terão direito a voto.</p>
<p>TÍTULO IX - DA DISPOSIÇÃO FINAL</p> <p>Art. 96. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>	<p>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 96. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p> <p>(...)</p> <p>Incluir</p>

	<p>Art. 97. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.</p>
<p>TÍTULO IX - DA DISPOSIÇÃO FINAL</p>	<p>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>(...)</p> <p>Incluir</p> <p>Art. 98. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais, ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p>